

ACTA DA DÉCIMA SEGUNDA ASSEMBLEIA DA COMUNIDADE URBANA DA LEZÍRIA DO TEJO (CULT)

--- Aos vinte e sete dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, reuniu-se a Assembleia da CULT, Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, na sequência de Convocatória efectuada ao abrigo do disposto na alínea a), do nº 2, do artº 14º, da Lei 10/2003, de 13 de Maio e de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus deputados.-----

--- Os respectivos trabalhos tiveram início pelas 21.15 horas, tendo a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS)**, dado as boas vindas a todos os presentes, sendo eles: José Manuel Bento Sampaio (Vice-Presidente da Mesa), Manuel Correia Nunes (Vice-Presidente da Mesa), Carlos Alberto Salvador Pernes, Hélder Nuno Jesus Cruz de Oliveira Pombo, António Mário Valada Rodrigues Figueiredo, José Joaquim de Jesus Braz, António Pratas Cardoso, Isabel Maria Pinto de Almeida, António José Rodrigues, Vera Lúcia Pedro Coelho Santos Veríssimo Noronha, Joaquim Grácio Morgado, Carlos Manuel Luís Catalão, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Fernando Manuel Duarte dos Santos, Jaime Manuel Teodoro Santos, Carlos Manuel Russo Mota, João Pedro Antunes Osório, José Francisco Dias Nunes, Rui Augusto Nabais, Rogério Mendes Coito, Pedro Filipe de Oliveira Soares Malaca, João Miguel Gonçalves Lopes, Carlos José Pratas da Silva e Júlio do Carmo Cabecinha Rosado.-----

--- Faltaram à reunião os senhores Deputados Armindo Castelo Bento, António José Pereira Góis dos Santos Nascimento, Bruno Miguel Lince Mariano Medinas, Manuel Santos Coelho, Luísa Pinheiro Portugal, António Maria de Almeida Calado Maia, Maria Margarida Avelar Santos Nunes Netto, Luís Manuel Leandro da Silva e Victor Manuel Marques Damião, este último apresentando justificação de ausência e solicitando substituição.-----

--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos da Sessão:-----

- Período Antes da Ordem do Dia;-----
- Ordem do Dia:-----
 - 1 – Apreciação da Actividade da Comunidade Urbana;-----
 - 2 – Apreciação e Votação de Proposta da Junta da CULT para Actualização das Quotizações para o Ano de 2008;-----
 - 3 – Apreciação e Votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o Ano de 2008.-----

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--- A senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS)**, deu início à presente sessão, dando as boas vindas aos presentes e reiterando os votos de Festas Felizes e de um bom ano de 2008, com muita saúde e muitos êxitos pessoais e profissionais. Antes de submeter à aprovação a acta da 11ª Assembleia da CULT, a senhora Presidente informou que na referida Assembleia houve problemas com a recepção de algumas declarações, que ficaram inaudíveis. Assim, afirmou que deixaria a aprovação da acta para a próxima sessão da Assembleia, uma vez que a senhora Deputada Luísa Pato não estava presente na Assembleia em curso e era precisamente uma das declarações dela que não era perceptível. Informou também os senhores Deputados que tinham em seu poder cópias da acta da reunião da Junta da CULT, de acordo com os procedimentos das últimas sessões da Assembleia. A senhora Presidente abriu de seguida o Período Antes da Ordem do Dia, apelando a todos para que não se excedesse a hora estipulada.-----

---- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Alberto Salvador Pernes (CDU)**, alertando para o facto de na página 421 da acta da 11ª Assembleia da CULT lhe terem trocado o género.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, afirmando que iria proceder-se à rectificação. Prosseguiu dizendo que os Deputados Vítor Damião e Maria Luísa Pato justificaram a sua ausência na presente sessão.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Pernes (CDU)**, para mencionar uma informação veiculada no mesmo dia pelo Jornal O Mirante, onde se questionava a necessidade do visto do Tribunal de Contas em relação à escritura das Águas do Ribatejo. O senhor Deputado prosseguiu a sua intervenção lembrando uma questão que, na sua opinião, irá afectar todos enquanto autarcas e cidadãos, sendo ela a nova lei eleitoral que está prevista para as autarquias, em cujos fundamentos os elementos da CDU não se revêem, na medida em que coloca eventuais situações de instabilidade nos Municípios. O senhor Deputado referiu que em 30 anos, dos 2755 executivos municipais eleitos, apenas 20 sofreram interrupção de mandatos e eleições intercalares. Destes 20, 50% tinham maiorias absolutas. No que toca à representatividade nos órgãos executivos, na opinião do senhor Deputado, ela vai ser diminuída substancialmente, embora existam actualmente municípios com maiorias absolutas. No entanto, de acordo com o senhor Deputado, há uma questão diferente, que tem a ver com o poder discricionário que os futuros Presidentes de Câmara vão passar a ter em relação à escolha do executivo. Afirmou que esse é um aspecto com o qual a bancada da CDU não concorda. Lembrou que a lei ainda não estava votada nem aprovada, mas a questão era motivo de preocupação para a bancada da CDU, em relação à representatividade e democraticidade no futuro, nos órgãos que vão ser eleitos em 2009.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Júlio do Carmo Cabecinha Rosado (CDU)**, mencionando o troço da EN118, entre o Porto Alto e Alcochete, e lembrando que continuam a ocorrer acidentes mortais nesse troço. O senhor Deputado quis saber se há alguma previsão em PIDDAC sobre a construção do IC3, que irá aliviar o trânsito na EN118.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Miguel Gonçalves Lopes (PSD)**, desejando em primeiro lugar, em seu nome e da bancada do PSD, votos de Boas Festas para todos os presentes. Prosseguiu mencionando que a empresa Águas do Ribatejo, cujo nome foi alterado para AR Águas do Ribatejo EIM, teve uma minuta de constituição da empresa e que a empresa já terá sido constituída em Esposende. No entanto, como houve entradas em espécie, referiu que ela está sujeita a visto. O senhor Deputado prosseguiu dizendo que, no âmbito de fiscalização prévia, o Tribunal de Contas, por força do disposto no artigo 46º, nº1, alínea c) da Lei 98/1997, de 26 de Agosto, com as alterações da Lei 48/2006, de 29 de Agosto, diz que estão sujeitas à fiscalização prévia do Tribunal de Contas as minutas dos contratos de valor igual ou superior ao fixado nas Leis do Orçamento, nos termos do artigo 48º, cujos encargos ou parte deles tenham de ser satisfeitos no acto da sua celebração. O senhor Deputado lembrou que qualquer acto que envolva dispêndio em dinheiro ou em espécie para os Municípios, de valor superior actualmente a 326.750 Euros, este tem que ser precedido de visto sobre a respectiva minuta. Assim, o senhor Deputado disse não compreender não ter havido um visto prévio, tanto quanto era do seu conhecimento, relativamente à escritura, e o contrato de sociedade não deveria ter sido celebrado. Na opinião do senhor Deputado, não seria no fim da escritura que se iria pedir o visto, que era suposto ser prévio. Por esse motivo, e porque existiam algumas dúvidas quanto a esta legalidade, o senhor Deputado informou que a Bancada do PSD tinha uma recomendação para ser votada, sendo ela a seguinte: “O Grupo Parlamentar do PPD/PSD vem solicitar à senhora Presidente da Assembleia da CULT, na qualidade de Presidente do órgão fiscalizador da actuação da CULT, que mande remeter a escritura da constituição da empresa intermunicipal para o Tribunal de Contas, para este apreciar a sua legalidade”. Relativamente aos Fundos de Coesão, o senhor Deputado lembrou que tinha sido há um ano atrás que foi dito na Assembleia da CULT que a candidatura seria reprogramada de nove municípios para sete. Na opinião do senhor Deputado, ao fim de todo este tempo tinha razão quem dizia

que a empresa poderia ser constituída com 7+1+1 municípios, dado que aquilo que foi aprovado tem a ver com projectos específicos e não necessariamente com uma empresa. O senhor Deputado quis saber qual o ponto de situação relativamente a esta reprogramação apresentada em Junho pela CULT e à eventual nulidade da escritura das Águas do Ribatejo, por falta de visto. O senhor Deputado prosseguiu a sua intervenção, questionando a Junta da CULT relativamente à recomendação aprovada por unanimidade na última Assembleia sobre o IC3 e os CIRVER. Quis saber o ponto da situação, uma vez que não tinha havido até ao momento qualquer tipo de informação sobre o assunto. O senhor Deputado quis também saber por que razão não foi entregue ao PSD a documentação que foi solicitada através do requerimento 1 – CULT – PSD – 07, onde a Bancada Social Democrata solicitou o Estudo de Viabilidade das Águas do Ribatejo, os Estatutos, Contrato de Sociedade, Contrato de Gestão, Proposta de Deliberação, etc. Lembrou que tudo isto tinha sido solicitado em 27 de Junho de 2007 e nada foi cedido. Passou de seguida à leitura de um Voto de Protesto apresentado pela bancada do PSD: “O Grupo do Partido Social Democrata na Assembleia da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo manifesta o seu repúdio através deste voto de protesto pelos escassos investimentos que o Governo e a Administração Central pretendem levar a efeito, em 2008, na Lezíria do Tejo, através do Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC). Estando a Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (CULT) inserida maioritariamente na área geográfica do distrito de Santarém, entende o Grupo do Partido Social Democrata na Assembleia da CULT que esta deva ser foco de melhor análise sem descurar no entanto a Azambuja. Santarém é o segundo distrito que mais perde a nível nacional (menos 47,9% comparativamente ao PIDDAC de 2007). Pior que Santarém, só o distrito de Aveiro. Mas este cenário não é de agora. Vem-se repetindo desde que o Partido Socialista é governo, com reduções significativas (menos 35,7% em 2006, menos 38,1% em 2007 e menos 47,9% para 2008). Em três anos de governo socialista, o distrito de Santarém perdeu, para além da influência e

peso no contexto nacional, 300 milhões de euros de investimento. Se analisarmos agora, os dez concelhos representados na CULT, verificamos que sete municípios (Almeirim, Alpiarça, Benavente, Coruche, Golegã, Rio Maior e Salvaterra de Magos) recebem, em termos de investimento da Administração Central, entre 0% e 0,5% a mais do que em 2007. Com a gravidade de que Almeirim e Coruche, pelo terceiro ano consecutivo, não serem contemplados com qualquer investimento. Noutra perspectiva, o investimento per capita na Lezíria do Tejo é de 12,6 euros; a média do distrito é de 107 euros e a nacional de 285 euros. Este plano de investimentos enferma de graves omissões relativamente a áreas sociais, nomeadamente a Segurança Social e a Saúde, já que, na primeira, não existem quaisquer projectos para todos os concelhos do distrito de Santarém e, na segunda, não é disponibilizada qualquer informação sobre os investimentos a realizar no Hospital Distrital de Santarém. Verificamos, também, que os projectos da Residência e da Cantina da Escola Superior de Desporto de Rio Maior são, mais uma vez, esquecidos. Recordamos que em 2005 (último orçamento apresentado por um governo social-democrata), este projecto foi incluído em PIDDAC, tendo sido retirado pelo PS no ano seguinte. Por outro lado, continua a indefinição do Ministério da Administração Interna no que se refere ao interesse de manter o actual dispositivo de forças policiais, já que, tal como em 2007, não existe valor para a construção da nova esquadra da PSP no Cartaxo. E o que dizer dos investimentos para o concelho de Santarém? Mil euros para a execução do Polis... E, para quando, o projecto de intervenção nas barreiras e muralhas de Santarém? Depois de uma escassa dotação em 2007 (apenas 65.500 euros), o governo socialista entende que tal obra não é prioritária, já que retirou do PIDDAC para 2008. Solicitamos à Mesa da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo que, se este Voto de Protesto for aprovado, o mesmo seja publicado nos órgãos de comunicação social regional e nacional”.....

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes (CDU)**, começando por mencionar o Voto de Protesto do PSD,

relativamente ao nível de investimento para o Distrito de Santarém. Referiu que a CDU acompanhava a preocupação manifestada pelo PSD e lembrou que muitas das questões referidas no Voto de Protesto têm sido também alvo de preocupação da CDU aos mais diferentes níveis, designadamente ao nível da Assembleia da República. Por exemplo, a questão que diz respeito aos projectos da Residência e da Cantina da Escola Superior de Desporto de Rio Maior ou a questão das barreiras de Santarém. O senhor Deputado lembrou ainda que os grupos parlamentares, quer do PCP quer do Partido Ecologista Os Verdes, apresentaram propostas na Assembleia da República para alterar o PIDDAC, de forma a criar novas verbas para um conjunto de investimentos que a CDU considerava importantes para o Distrito de Santarém. De acordo com o senhor Deputado, infelizmente essas verbas foram chumbadas, não apenas com o voto contrário do PS, mas também do PSD. Assim, o senhor Deputado voltou a referir que naturalmente a CDU subscrevia o conteúdo do Voto de Protesto da bancada do PSD na Assembleia da CULTE, mas não podia deixar de fazer este reparo, dizendo que era importante que a nível central as posições se coadunassem e fossem coerentes. O senhor Deputado prosseguiu a sua intervenção para falar do IC3. Lamentou a maneira como tem decorrido o processo, nomeadamente no que diz respeito à consulta pública do traçado, que não contou com as chamadas sessões abertas ao público para discussão. Referiu que um documento que é de si muito pesado em termos de documentação e conteúdo técnico, e ainda por cima que apresentou cartas francamente desactualizadas face designadamente ao parque habitacional que existe no terreno, era de lamentar a falta de transparência e de participação pública, que não foi tornada possível. Na opinião do senhor Deputado, havia que assacar essa responsabilidade ao Instituto do Ambiente, que seria quem em primeiro lugar teria responsabilidade em promover essas consultas públicas. Segundo o senhor Deputado, o processo, da forma como conduzido, levou naturalmente a que alguns traçados propostos muitas vezes colidissem com habitações, já para não falar de outros valores ambientais, como por exemplo

algumas zonas húmidas, como o Paul da Gouxa, que estão ameaçadas pelos traçados propostos. O senhor Deputado concluiu este assunto afirmando que o processo não estava a decorrer da melhor maneira e que a CDU lamentava esse facto, para além do atraso de que padecia, fruto da falta de prioridade que a obra tem merecido, apesar dos muitos alertas que as forças que compõem a CDU têm feito e das propostas que têm apresentado. Acrescentou ainda que este é um projecto extremamente importante para retirar o trânsito do interior de muitas localidades da CULT, mas também para servir os CIRVER no Concelho da Chamusca, e lembrou que com a possível privatização futura das Estradas de Portugal, havia receios relativamente fundados de que pudessem vir a aparecer portagens no IC3. Isso, a acontecer, seria profundamente preocupante, porque seria um passo para que o IC3 não viesse a responder a um dos seus principais objectivos, que era precisamente o retirar o trânsito de dentro das localidades, porque a sua utilização tornar-se-ia muito menos apetecível. Outra questão referida pelo senhor Deputado teve a ver com as análises da qualidade da água. Referiu que a CDU tinha sabido recentemente que havia um conjunto de Concelhos da CULT com algumas dificuldades nas captações de água, por estarem contaminadas com excesso de arsénio. Segundo o senhor Deputado, isso não era culpa de ninguém, mas iria exigir da parte da futura entidade gestora das Águas do Ribatejo eventualmente uma reconsideração dos investimentos a realizar, entre eles futuras captações. O senhor Deputado quis saber se a Junta da CULT já estava atenta a esta questão.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rogério Mendes Coito (CDU)**, para apresentar uma moção da CDU referente à actuação da ASAE em feiras, festas e romarias populares: “A Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica, vulgarmente conhecida pela sigla ASAE, esteve em Abril passado em serviço de fiscalização nas tasquinhas da Festa do Vinho do Cartaxo, que decorreu no Pavilhão Municipal de Exposições e o resultado da sua vistoria chegou agora perto do final de Novembro, com o envio das suas conclusões a algumas

colectividades (4 temos conhecimento) que participaram no funcionamento das ditas tasquinhas, com dois itens bem assinalados de IRREGULARIDADES (higiene, instalações, inexistência de local adequado para guardar loiça fina e loiça grossa, utilização de recipientes de plástico para contacto com produtos alimentares, etc) e FORMAÇÃO (isto é, o pessoal não possuía qualquer formação em matéria de higiene dos géneros alimentícios). Os factos foram cometidos a título de dolo, constituídos em contra-ordenações e punidos com coimas que oscilam cada infracção no mínimo 500€, no máximo 44 890€, responsabilizando as colectividades e seus presidentes de direcção. Era-lhes permitido pronunciarem-se e recorrerem, e foi o que as colectividades fizeram. Sem estarmos contra a acção da ASAE, no que isso implica combate aos mixordeiros, à falta de higiene na manipulação de alimentos que ponham em perigo a saúde pública ou às contrafacções de patentes registadas, esta acção punitiva, merece alguma reflexão. Hoje nas tasquinhas da Festa do Vinho do Cartaxo, ontem no Festival de Gastronomia em Santarém, amanhã noutra feira, festa ou romaria popular, das que habitualmente se realizam por todo o Ribatejo, com o bar/tasquinha de apoio, que normalmente faz parte do programa. As tasquinhas não são restaurantes permanentes. São mostras ocasionais de cozinha regional, com produtos vindos muitas vezes de produtores locais, tratados por métodos artesanais, mas que não deixam de ser bons, onde as pessoas que os manuseiam, confeccionam e vendem, são pessoas cuja formação vem de um passado familiar e tradicional, que dão graciosamente o seu contributo no intuito de arranjar receitas para investimentos na sua colectividade. Só quem não conhece as nossas aldeias ou vilas, não sabe reconhecer o esforço de manter vivo o movimento associativo destas pessoas generosas que depois de um dia de trabalho, ainda se dispõem a dar o seu contributo em prol do desenvolvimento cultural, desportivo ou social da sua comunidade. Mas exemplos como este, não ajudam muito, porque; se há dificuldade em encontrar pessoas para formar a direcção de uma colectividade, muito menos com a ameaça de além de trabalharem

graciosamente, ainda podem ser responsabilizados por uma multa. POR ISSO PROPOMOS O ENVIO DESTA MOÇÃO AO SR GOVERNADOR CIVIL. As transposições comunitárias podem implementar leis, que são para cumprir, mas tem de haver sensibilidade e tempo para as adaptações, para um país rural com tradições ancestrais, que não se mudam por decreto, ainda que as infracções cometidas sejam da grandeza de quem julga, e comparadas com outras e casos do domínio público com outras dimensões, pequenos desajustamentos com os caminhos da modernidade”.

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Pedro Antunes Osório (CDU)**, para apresentar a seguinte saudação da CDU: “Os eleitos da CDU na Assembleia da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo saúdam a greve nacional dos trabalhadores da Administração Pública. Os elevados níveis de adesão e as dezenas de serviços encerrados no distrito, reflectem o grande descontentamento dos trabalhadores face a um processo permanente de degradação dos salários, liquidação dos direitos, de ataque ao regime de aposentação, bem como a uma política de destruição das funções sociais que o Estado está constitucionalmente obrigado a prestar às populações. Reflectem ainda o grande descontentamento (partilhado por muitos outros sectores e camadas sociais) com a política geral seguida pelo governo PS / Sócrates. Esta greve ocorreu ainda num momento em que o governo conduziu uma farsa de negociação salarial, tentando reduzir ainda mais o poder de compra dos trabalhadores (que sucede desde há sete anos), revelando a sua natureza prepotente e autoritária, tentando atacar inclusive o direito à greve. Apesar do clima de repressão e prepotência instalado em vários serviços (por exemplo, com as inquirições prévias ou posteriores aos trabalhadores sobre a sua adesão à greve), os trabalhadores demonstraram uma grande unidade e determinação, que constitui uma vitória contra o medo. Saudamos assim mais esta iniciativa de luta dos trabalhadores, pela melhoria das suas condições de vida e trabalho, dos serviços públicos e funções sociais que o Estado presta ao povo português, contra a arbitrariedade e a prepotência, por um novo rumo e uma nova

política”.

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, propondo passar primeiramente a palavra à Junta da CULT para esta dar os esclarecimentos que achasse úteis, passando-se de seguida à votação dos documentos apresentados. Em relação ao requerimento apresentado pela bancada do PSD à Presidente da Assembleia da CULT na qualidade de Presidente do órgão fiscalizador da actuação da CULT, a senhora Presidente esclareceu que tinha estado naquela tarde em reunião com o senhor Presidente da Junta da CULT, na qual foram determinados uma série de procedimentos, que o senhor Presidente da Junta da CULT teria posteriormente ocasião de divulgar. Assim, de acordo com a senhora Presidente, o objecto do requerimento apresentado à Mesa pelo grupo do PSD deixava de fazer sentido, uma vez que no conjunto dos procedimentos acordados estava aquele que era solicitado no requerimento. A senhora Presidente da Assembleia da CULT passou de seguida a palavra ao senhor Presidente da Junta da CULT para este dar os esclarecimentos necessários.

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, começando por dizer que nas várias fases da constituição da empresa Águas do Ribatejo houve sempre a necessidade de criar um novo facto e parecia que desta vez tinha a ver com o visto do Tribunal de Contas. No entanto, de acordo com o senhor Presidente, este facto já tinha surgido há tempo no seio da Junta da CULT, na medida em que, no decorrer da constituição da empresa Águas do Ribatejo, a Junta munuiu-se dos pareceres necessários para a referida constituição, não existindo este percalço do visto do Tribunal de Contas. O senhor Presidente deu conta de dois pareceres jurídicos, sendo um deles do Dr. Carlos Lobo, assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Mestre em Ciências Jurídico-Económicas, que dizia o seguinte: “Pelo exposto, e uma vez que a constituição da Sociedade Águas do Ribatejo EIM, e respectiva realização do respectivo capital social, não constitui qualquer acto de despesa ou de geração dívida fundada quer para efeitos de

contabilidade pública, quer para efeitos de contabilidade nacional, atendendo à sua natureza da operação financeira, é nosso parecer, salvo melhor opinião, que o contrato de sociedade não se encontra sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, dado que não se integra no âmbito de incidência objectiva da previsão legal constante do artigo 46º da Lei da Organização e Processo do Tribunal de Contas”. De acordo com o senhor Presidente, a interpretação deste jurista é precisamente contrária à leitura que fez o senhor Deputado João Lopes, visto que a realização do capital é apenas por entrega de bens do património de cada um dos municípios e não entregas em dinheiro. Portanto não sujeito a visto do Tribunal de Contas. O senhor Presidente deu também conhecimento do parecer do Professor Doutor Pacheco de Amorim, que tem acompanhado e assessorado a CULT na constituição da empresa Águas do Ribatejo. O Senhor Presidente afirmou que este parecer tinha um conjunto enorme de páginas, das quais iria ler alguns parágrafos que confirmam o primeiro parecer: “O que a lei sujeita a visto prévio do Tribunal de Contas é o acto de que resulta um aumento efectivo da dívida pública, no caso dos municípios, e não um aumento eventual ou hipotético (...) Quanto ao valor das entradas, ou seja do capital social da Sociedade, visto que os municípios não fizeram entradas de capital em dinheiro, mas apenas e exclusivamente em espécie, se afigura análoga a da alienação de um bem, pelo que fará o contrato de Sociedade celebrado nestes termos, com entradas apenas em espécie, reconduzível à figura dos actos e contratos geradores de receita”. O senhor Presidente concluiu dizendo que os dois pareceres não confirmam a necessidade do visto prévio do Tribunal de Contas. No entanto, e mesmo tendo em conta que até à presente data o problema tinha sido levantado apenas pela Comunicação Social e que só na presente Assembleia estava a ser levantado por alguém da vida autárquica, o senhor Presidente afirmou que, apesar disso, a CULT iria sujeitar o contrato de sociedade a visto do Tribunal de Contas e a um parecer do Tribunal de Contas. Relembrou que a actuação da CULT foi baseada em pareceres que têm acompanhado a constituição da empresa

Águas do Ribatejo, portanto não entendia que houvesse naquele momento qualquer situação de impasse à continuação do que estava programado para a actividade da empresa. A reprogramação ao Fundo de Coesão, com sete municípios, foi entregue, tal como já tinha sido dito em sessões anteriores da Assembleia. O senhor Presidente disse ainda desconhecer a existência de uma reprogramação que contemplasse 7+1+1. Referiu que a CULT teve conhecimento de que uma ou outra Câmara fez uma reprogramação, tendo sido entregue na CULT a da Câmara de Santarém, mas isso não queria dizer que houvesse qualquer tipo de reprogramação que contemplasse 7 municípios da empresa Águas do Ribatejo + 1 Santarém + 1 Cartaxo. O senhor Presidente concluiu este tema, dizendo que a reprogramação feita pelos sete municípios foi aprovada pelo Governo português, pelo Ministério do Ambiente e foi remetida para Bruxelas para ser aprovada, sendo que naquele momento decorriam os trabalhos necessários à sua aprovação pela União Europeia. Informou ainda que o que tinha combinado com a senhora Presidente da Assembleia da CULT era a remessa do processo das Águas do Ribatejo ao Tribunal de Contas, para que se tirasse alguma dúvida que porventura pudesse existir. No que diz respeito ao IC3, o senhor Presidente informou que o processo tem merecido da parte da CULT muitas pressões junto do Governo para que seja um processo expedito, tendo em conta tudo o que tem sido dito na Assembleia da CULT e nas Câmaras, fundamentalmente as de Almeirim, Alpiarça e Chamusca, que são as Câmaras que mais anseiam pela concretização do troço do IC3. Referiu que a CULT tem feito as mais variadas pressões para que o processo decorresse pelo menos no cumprimento dos prazos mínimos, que, como já se sabia, eram longos. O senhor Presidente explicou que decorreu o inquérito público e o resultado desse inquérito estava naquele momento nas instâncias que o deviam julgar. Referiu que a CULT não podia fazer mais do que isto, porque perante algumas diligências que tem feito directamente, a resposta que tinha obtido era que havia prazos que tinham que ser cumpridos e que não se podiam ultrapassar. Portanto, não podiam fazer mais do que pressões. Em

relação à qualidade da água em alguns locais da Lezíria, referiu que este assunto era naquele momento uma preocupação da CULT. O senhor Presidente informou que a CULT tem discutido esta questão com outras entidades, nomeadamente o IRAR, Instituto Regulador de Águas e Resíduos, e a ARS, Administração Regional de Saúde, com quem tinha tido uma reunião na semana anterior, nas instalações da CULT. O senhor Presidente mencionou que se chegaram a algumas conclusões, que iriam ser objecto de um comunicado à Comunicação Social. Esse comunicado só não iria ser distribuído pelos presentes, porque o mesmo estava a ser sujeito à opinião de todos os municípios e só depois seria divulgado. No entanto, adiantou que nesse comunicado estavam expressas as preocupações, quer do IRAR, quer da ARS, quer de todos os municípios, em fazer baixar o teor de arsénio de alguns municípios. Referiu ainda que existia disponibilidade das entidades para se conseguirem soluções que resolvessem este problema, lembrando no entanto que não tinham sido ainda atingidos níveis preocupantes em termos de saúde pública, dado que no passado o índice de referência era muito mais elevado do que actualmente. O senhor Presidente terminou a sua intervenção mostrando o ofício que respondia à questão levantada pelo senhor Deputado João Lopes, sobre a entrega de documentação que foi requerida pelo grupo do PSD, relativo às Águas do Ribatejo. Disse que referida documentação foi enviada a 10 de Julho para o grupo do PSD na Assembleia da CULT, para a morada Calçada Mem Ramires, nº10, 1º, com aviso de recepção. -----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, passando de seguida à apreciação e votação dos documentos apresentados na presente sessão. Começou pela moção sobre a Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica (ASAE), apresentada pela CDU. Não havendo nenhum pedido de intervenção sobre esta moção colocou a mesma à votação.-----

--- Submetida à votação a moção sobre o procedimento da Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica (ASAE) na Feira do Cartaxo, foi **APROVADA**

POR MAIORIA, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor – 21 (CDU, PS e BE)-----

--- Abstenções – 5 (PSD)-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado Hélder Nuno Jesus Cruz de Oliveira Pombo (PSD)**, dizendo que apesar do grupo do PSD entender que a ASAE, em determinadas situações, tem procedido de uma maneira pouco ética e apesar de entender que a ASAE também deve ter a sensibilidade para defender as tradições, o grupo do PSD queria acreditar que a actuação da ASAE era em prol de todos, ou seja, em prol dos consumidores e da comunidade. Assim, a abstenção teve a ver com o facto do grupo do PSD ter receio desta moção poder ser interpretada no sentido de não se concordar com a actuação da ASAE. O senhor Deputado terminou dizendo que o grupo do PSD defende que a ASAE tem que estar obrigatoriamente sensível às tradições, mas também proteger todos os consumidores.-----

--- Usou da Declaração de Voto a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, afirmando que se deveria ter muito cuidado quando se falava de saúde pública, principalmente tendo conhecimento da realidade das nossas festas e romarias e, muitas vezes, dos problemas que decorrem dessas festas e romarias, relacionados com a saúde pública. De acordo com a senhora Presidente, não se pode facilitar. Referiu que a moção será com certeza objecto de reflexão e, por isso mesmo, concordava com o seu envio ao senhor Governador Civil. No entanto, frisou que há que haver muito cuidado quando se fala de saúde pública e das condições de acondicionamento de alimentos, de salubridade em que são feitas as festas. Obviamente sem por em causa todo um conjunto de tradições, é necessária a adopção de um conjunto de normas, de procedimentos. De acordo com a senhora Presidente, deve-se ter isso em conta e não entrar em grandes euforias.-----

--- A senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, passou de seguida à apreciação e votação do Voto de Protesto sobre o PIDDAC.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Manuel Luís Catalão (PS)**, afirmando que o grupo do PSD tinha alguns problemas de memória ou talvez de desconhecimento, uma vez que fazia algumas afirmações, nomeadamente na questão da falta de investimento do PIDDAC, que acabavam por revelar-se inoportunas. O senhor Deputado deu o exemplo das barreiras de Santarém. Referiu que é a Câmara Municipal de Santarém que tem o processo em mão e tem a responsabilidade de fazer o projecto de execução da requalificação das barreiras de Santarém. Mencionou ainda que há cerca de um ano e meio que a Câmara de Santarém não dá novidades acerca do que se vai fazer. Portanto, como a Câmara de Santarém ainda não apresentou projecto, não era possível quantificar valores a incluir em PIDDAC. Isto embora a obra possa ser feita através do PIDDAC ou de outra forma. No caso da Residência e da Cantina da Escola Superior de Desporto de Rio Maior, o senhor Deputado lembrou que a mesma estava em PIDDAC pelo Governo do PSD em 2005, mas a verdade é que o estar em PIDDAC não quer dizer que seja executado. O senhor Deputado referiu que apesar desta obra em concreto estar em PIDDAC o Governo do PSD não a fez. O senhor Deputado prosseguiu mencionando alguns investimentos que têm vindo a ser desenvolvidos, por exemplo na área do Ministério da Administração Interna. No que diz respeito a Quartéis de Bombeiros, em 2008 o Quartel de Samora Correia vai avançar, num investimento de 522 mil Euros. O senhor Deputado falou de outro investimento na mesma área, neste caso os kits de protecção individual das Juntas de Freguesia, que em 2008 vão equipar 45 freguesias da região. Mencionou também no caso do re-equipamento das forças de segurança, que vai acontecer em 2008. Lembrou que estes investimentos correspondiam a cerca de 2 milhões de Euros, que não estavam inscritos em sede de PIDDAC, mas que vão ser investidos. No caso a Segurança Social, deu o exemplo do projecto PARES, que abrangia, entre outros, um lar de idosos nos Amiais de Baixo, em Alcanede e na creche de Santo Estêvão em Benavente. Noutra vertente, referiu a recuperação do Palácio da Falcoaria, em Salvaterra de Magos e a recuperação

de uma série de igrejas. No caso da saúde, deu o exemplo do posto médico dos Foros de Salvaterra. Noutra vertente ainda, mencionou a recuperação dos tanques públicos em Alpiarça. O senhor Deputado lembrou ainda as áreas desportivas que são também recuperadas através da Administração Central. De acordo com o senhor Deputado, há uma série enorme de investimentos que vão ser efectuados em 2008, que não estão em PIDDAC, mas que vão ser executados, sendo um claro investimento na nossa região. Mencionou que há um conjunto de obras importantes em execução e que vão continuar em execução. Um conjunto enorme de investimentos que estão projectados para que a região não perca o comboio do desenvolvimento. Na opinião do senhor Deputado, o PSD com certeza que não sabia destes dados, mas o grupo do PS teria todo o gosto em fornecer.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Manuel Russo Mota (PS)**, para lembrando a votação da moção apresentada pela CDU, em que a bancada do PSD fez posteriormente uma declaração de voto. O senhor Deputado referiu que as abstenções não têm declaração de voto. Têm declaração de voto os votos contra e os votos a favor.-----

--- A senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, efectuando um comentário sobre o Voto de Protesto, em duas perspectivas. A primeira remetia para as inscrições em PIDDAC. Segundo a senhora Presidente, seria do conhecimento de todos o valor que tem o PIDDAC e que muitas inscrições que se fazem em PIDDAC muitas vezes não passam de meros projectos de intenções. Relembrou o exemplo da Residência e da Cantina da Escola Superior de Desporto de Rio Maior e referiu que por vezes as inscrições são tão irrisórias que não só pouco querem dizer, como também deixam naqueles que têm responsabilidade pela execução e pelo acompanhamento da obra grandes angústias quanto ao financiamento. Nesse sentido, lembrou que existe um conjunto de programas nos vários Ministérios que estão em curso e que, na opinião da senhora Presidente, retiram a angústia do investimento. A senhora Presidente deu o exemplo do Programa PARES,

que a partir do momento em que aprova as candidaturas tem o financiamento já inscrito em orçamento e tem inscrito, inclusivamente, os acordos de cooperação que permitem que os equipamentos possam funcionar, que era algo que também não estava previsto no passado. Assim, a senhora Presidente referiu que não poderia estar de acordo com o parágrafo do Voto de Protesto que dizia que o plano de investimentos se enferma de grandes omissões relativamente a áreas sociais. A senhora Presidente lembrou que as áreas sociais correm por outro lado, ou seja, pelo Programa PARES e que este Programa já pôs em marcha duas fases de candidatura e, provavelmente, irá pôr mais. Adiantou ainda que essas duas fases de candidatura já aprovaram um conjunto de equipamentos muito significativos para a região da Lezíria e que prevêm já os acordos de cooperação para o seu funcionamento. Portanto, a angústia do financiamento por que passavam os dirigentes das diferentes instituições fica colmatada com esta nova metodologia. A senhora Presidente prosseguiu a sua intervenção afirmando que não podia estar também de acordo com outra questão apontada no Voto de Protesto, sendo ela a perda de influência e de peso da região no contexto nacional. Deu um exemplo do contrário e lembrou que tinha sido instalada recentemente em Rio Maior a direcção regional de Lisboa e Vale do Tejo do Instituto do Desporto de Portugal, o que denotava que a região não estava a perder influência. Pelo contrário, a região estava a conseguir ganhar um conjunto de serviços, que não lhe retiravam peso. Por último, a senhora Presidente efectuou um comentário à intervenção do senhor Deputado Francisco Madeira Lopes, sobre um conjunto de propostas que foram apresentadas pelo Partido Ecologista Os Verdes e pelo PCP na Assembleia da República e que não foram aprovadas quer pelo PSD quer pelo PS. Afirmou que não iria responder pela bancada do PSD, mas adiantou que se nem sequer chegou ao grupo do PSD um ofício da CULT com documentação solicitada, seria possível que o grupo do PSD também não soubesse dos assuntos que o senhor Deputado Francisco Madeira Lopes referiu. Se o PSD não distribuía ao grupo do PSD na Assembleia da CULT um ofício da CULT, muito menos lhes

daria informação sobre o que se passa na Assembleia da República. Prosseguiu dizendo que era óbvio que havendo orçamentos e determinados montantes, tinha que se fazer escolhas. Referiu que só quem tem responsabilidades de governação sabe que o dinheiro não se consegue esticar. Por isso mesmo, de acordo com a senhora Presidente, quem tem capacidade de decisão tem que fazer escolhas e ao fazê-las decide em detrimento de outras propostas apresentadas, o que não invalida que esteja em marcha um conjunto de programas paralelos. Lembrou ainda que no Voto de Protesto era mencionado o Distrito de Aveiro e que possivelmente a bancada do PSD também não saberia que no Distrito de Aveiro havia o maior investimento do Programa PARES. Terminou frisando que existia um conjunto de programas em marcha, em simultâneo, que não correspondiam de forma nenhuma à situação que era descrita no Voto de Protesto sobre o investimento na região da Lezíria do Tejo.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Madeira Lopes (CDU)**, dizendo que tinha noção que nem todo o investimento era feito através do PIDDAC. Por outro lado, não se poderia esconder que o PIDDAC seria ou teria sido até há alguns anos o principal instrumento de investimento das respectivas regiões. No que toca à mencionada perda de peso do Distrito de Santarém, o senhor Deputado lembrou que ao longo dos anos e dos sucessivos orçamentos e Governos, a maior parte do território nacional tem perdido sempre em termos de investimento face ao litoral e às duas grandes zonas urbanas. Referiu que no ano de 2008, isso iria voltar a acontecer. Afirmou que no Orçamento de Estado para 2008, no que diz respeito a PIDDAC atribuído a cada um dos Distritos, a grande Lisboa e Porto levam quase 45% do total de PIDDAC face ao resto do País. O senhor Deputado prosseguiu a sua intervenção afirmando que se o PIDDAC ao longo dos anos não era cumprido e se se inscreviam apenas verbas de valor simbólico, isso era responsabilidade dos Governos que o faziam. De acordo com o senhor Deputado, o PIDDAC, como qualquer orçamento que é feito, devia ser cumprido à risca ou pelo menos dever-se-ia partir com esta

intenção. Na opinião do senhor Deputado, quem inscreve obras e depois não as realiza, nem explica ao eleitorado porque não as realizou, naturalmente não está a prestar um bom favor à Democracia nem está a gerir bem a coisa pública. O senhor Deputado disse compreender que os Governos quisessem acabar com o PIDDAC, por o considerarem um instrumento incómodo, que transportava transparência aos Orçamentos de Estado e obrigava à inscrição de obras e de projectos concretos. Se tal desaparecer do PIDDAC, de acordo com o senhor Deputado é impossível controlar o comprometimento da realização de obra e depois verificar se ele é ou não cumprido ao longo do ano. O desaparecimento do investimento em PIDDAC, por um lado torna impossível a quem não é Poder controlar e fiscalizar e, por outro, traduz uma falta aparente de investimento e uma falta de controlo. Segundo o senhor Deputado, ninguém será capaz de controlar o investimento que aparecer em rubricas escondidas, que poderá ser gerido ao longo do ano consoante as conveniências do momento. E tal traduz-se numa perda qualitativa da nossa Democracia. O senhor Deputado disse saber que existiam outros programas e outras vias de investimento, mas muitas vezes eles não estão acessíveis. Deu o exemplo das Estradas de Portugal, que em 2008 já não vinham no Orçamento de Estado por causa da operação de transformar as Estradas de Portugal numa SA. Também os projectos da REFER já não vinham no Orçamento de Estado. Referiu ainda que os projectos que diziam respeito às infra-estruturas da água já alguns anos que também não apareciam em Orçamento de Estado, porque foram transferidos para o INAG. Na opinião do senhor Deputado, tudo isso se traduzia em falta de transparência, falta de controlo e, no fim de contas, numa perda real da nossa Democracia. Assim, afirmou que a CDU subscrevia a maior parte das afirmações do Voto de Protesto apresentado pelo PSD e naturalmente iria votar a favor. No entanto, voltou a frisar que a CDU não podia deixar de constatar a falta de coerência em relação ao que é o Partido Social Democrata na Assembleia da CULT e em relação à opção do PSD na votação do Orçamento de Estado para 2008 na Assembleia da República.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, mencionando a intervenção do senhor Deputado Carlos Catalão e dizendo que compreendia ser difícil tentar defender o indefensável. Prosseguiu afirmando que era verdade o facto de que algo estar em PIDDAC não significava que fosse feito. Mas não estando, aí é que tinha a certeza absoluta de que não seria feito. De acordo com o senhor Deputado, estar em PIDDAC significava que existia uma intenção de efectuar um determinado investimento para uma determinada área, o que passava a ser transparente, como tinha referido o senhor Deputado Madeira Lopes. Segundo o senhor Deputado, o Voto de Protesto apresentado pelo PSD tratava, no fundo, de transparência e dos números que traduziam a verdade dura e cruel, ou seja, 12,6 Euros per capita para a Lezíria do Tejo a nível de investimento, com 107 Euros para o Distrito de Santarém e 285 Euros a nível nacional. De acordo com o senhor Deputado, essa é que era a verdade dura e crua, por mais que o senhor Deputado Carlos Catalão viesse dizer que existiam muitas obras para serem feitas a nível da zona de influência da Lezíria do Tejo. O senhor Deputado lembrou que as pessoas presentes na sessão, e algumas já o tinham demonstraram tanto no PSD como na CDU, estavam na Assembleia da CULT para votar a bem das populações e não a favor de um determinado cartão partidário. O senhor Deputado prosseguiu lembrando a intervenção da senhora Presidente da Assembleia da CULT, que falou na angústia do investimento do PIDDAC. O senhor Deputado comparou este facto com o PPI, o Plano de Investimentos ao nível dos municípios e ao nível da CULT, dizendo que também via a angústia que a CULT tinha para tentar executar nem que fosse 30% do investimento. Segundo o senhor Deputado, a região de uma maneira geral tem perdido muita coisa. Lembrou, como exemplos, a Fonte Boa, o Presídio Militar, o Quartel Militar de Santarém, o IPJ e até mesmo na instalação do Tribunal Administrativo e Fiscal, em que Santarém acabou por ser preterida para Leiria. Assim, o senhor Deputado disse não estar de acordo com a ideia de que o Distrito está a ganhar tudo. Frisou ainda que estava na Assembleia da CULT para defender a Lezíria do Tejo e o Distrito de Santarém.

Pedi, por isso, a todos os presentes que aprovassem o Voto de Protesto, a bem de todas as pessoas da Lezíria do Tejo.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Catalão (PS)**, dizendo que mais uma vez o senhor Deputado João Lopes se esqueceu de algumas coisas ou não tinha conhecimento, mas estava disponível para lhe dar algumas informações. Assim, o senhor Deputado informou que a Fonte Boa vai continuar a ser um património da região, porque para além da investigação que faz, vai passar a ser a sede da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste. De acordo com o senhor Deputado, tratava-se mais uma questão de influência que a região teria. Deu ainda um novo exemplo, o da Região de Turismo do Ribatejo, cuja sede ficará em Santarém. No caso da Segurança Social, lembrou que já há muitos anos que a Direcção Regional se encontra em Santarém e assim continuará. O senhor Deputado concluiu dizendo que se todas as obras que mencionou não eram investimentos na região, então não sabia o que lhes poderia chamar. Em relação à questão das intenções daquilo que está projectado nos Planos Plurianuais de Investimento, o senhor Deputado aconselhou o senhor Deputado João Lopes a ver por exemplo o orçamento da Câmara Municipal de Santarém para 2008, que é apenas um programa de intenções fantástico, tal como aconteceu em 2007, mas em que a taxa de execução não chegará aos 20-25%.-----

--- Submetido à votação o Voto de Protesto sobre o PIDDAC, apresentado pelo PSD, foi **APROVADO POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor – 17 (PSD, CDU e BE)-----

--- Votos contra – 9 (PS)-----

-- Passou-se de seguida ao **primeiro ponto da Ordem do Dia - Apreciação da Actividade da Comunidade Urbana**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Joaquim de Jesus Braz (CDU)**, colocando uma questão sobre o QREN 2007-2013. Pretendeu saber quais os critérios para a distribuição de verbas, quais as áreas prioritárias de intervenção

na região e que tipo de projectos regionais podem ser propostos e candidatados ao QREN. O senhor Deputado lembrou que já se sabia que os critérios já estavam licitados, mas solicitou ao senhor Presidente da Junta da CULT que referisse, após as reuniões que entretanto aconteceram, os principais critérios de distribuição na atribuição das verbas e áreas prioritárias na região.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, que pretendeu saber como estavam a decorrer os Projectos “Lezíria em Rede” e “Sinalização Turística na Lezíria do Tejo”.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, José Sousa Gomes (PS)**, começando por solicitar à senhora Presidente da Assembleia da CULT que permitisse que o senhor Administrador Executivo falasse sobre o Projecto “Lezíria em Rede”, visto ter uma perspectiva mais clara de todos os Concelhos, solicitação esta que foi aceite. Em relação ao QREN e às áreas que poderão estar à disposição da Lezíria, o senhor Presidente da Junta da CULT referiu que naquele momento ainda não era possível dar informações sobre o assunto, isto porque a distribuição de verbas ainda não estava efectuada. O senhor Presidente referiu que embora já estivessem definidos os critérios de âmbito geral, ainda não estavam definidas todas as áreas em que a CULT iria poder candidatar projectos. O senhor Presidente adiantou que a CULT tinha encomendado um estudo de desenvolvimento estratégico para a região, que consubstanciava uma proposta de subvenção global que foi entregue na CCDR - Alentejo e na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional. Esta proposta incluía um valor elevado, tendo em conta aquilo que iria estar à disposição da Lezíria. No entanto, a proposta seria a base para a discussão que a CULT teria agora que dirimir com a CCDR – Alentejo e eventualmente com a Secretaria de Estado. O senhor Presidente explicou que se tratava de um documento que assentava num levantamento das necessidades da região e onde constavam propostas que iam ao encontro dos critérios gerais que entretanto foram definidos. O senhor Presidente concluiu dizendo que a CULT ainda não tinha definidos valores, nem tinha ainda conhecimento do que da

subvenção global iria sobrar para a Lezíria. Tratava-se de uma proposta muito geral e ampla para aquilo que porventura vai estar à disposição da Lezíria.-----

--- Usou da palavra o senhor **Administrador Executivo da CULT, António Manuel de Carvalho Torres**, afirmando que a candidatura da “Lezíria em Rede” estava apoiada pela CCDR-LVT e, em termos financeiros, naquele momento tinha praticamente uma execução de 50%. Referiu ainda que estavam a decorrer os trabalhos em praticamente todos os Municípios e que até meados de 2008 a candidatura deveria estar concluída, dando resposta não só à candidatura que está aprovada, mas também à CCDR-LVT que pretende fechar o actual quadro Comunitário de Apoio. No que diz respeito à candidatura “Sinalização Turística na Lezíria do Tejo”, o senhor Administrador Executivo informou que foi feito um trabalho com todos os técnicos e vereadores de todas as Câmaras associadas, tendo depois a CULT formulado a candidatura ao Instituto do Turismo e ao Programa Valtejo. Informou ainda que, no âmbito da candidatura, tinha sido efectuada uma reunião no Instituto do Turismo, com a presença do gestor do Valtejo. O senhor Administrador Executivo referiu que se tratava de uma candidatura que necessitava de inúmeros pareceres, adiantando que esta era a candidatura mais complexa que tinha feito até hoje. Uma vez que dizia respeito a sinalização nas estradas nacionais, precisava de pareceres do IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico), IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico) e das Estradas de Portugal. Com mais de 4000 sinais em projecto, a Direcção de Estradas de Santarém teria que dar pareceres sobre essa sinalética toda. O senhor Administrador Executivo afirmou que a CULT tinha recebido poucos dias antes o parecer da Direcção de Estradas de Santarém e que tudo indicava que, no primeiro trimestre de 2008, a candidatura estaria em condições de merecer a aprovação por parte da CCDR-LVT e do Instituto do Turismo.-----

--- Passou-se de seguida ao **segundo ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação de Proposta da Junta da CULT para Actualização das Quotizações**

para o Ano de 2008.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, José Sousa Gomes (PS)**, afirmando que este ponto poderia estar incluído no ponto seguinte, relativo ao Orçamento, por constituir uma receita para o funcionamento geral da CULT. Tratava-se, no fundo, da quotização paga por cada um dos municípios associados. Informou que essa quotização tem sido calculada exactamente da mesma maneira nos últimos tempos. Apenas variava porque o seu cálculo incidia sobre as verbas transferidas para os municípios a partir do Orçamento de Estado e, portanto, as quotas variavam em função da variação dessas transferências do Orçamento de Estado. Os critérios de distribuição eram, assim, exactamente os mesmos dos anos anteriores, não se tendo introduzido nenhuma novidade.-----

--- Colocada à votação a Proposta da Junta da CULT para Actualização das Quotizações para o Ano de 2008, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE.**-----

--- Passou-se de seguida ao **terceiro ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o Ano de 2008.**----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, José Sousa Gomes (PS)**, começando por referir que este documento é fundamental para a vida da CULT e que iria focar a sua intervenção fundamentalmente nas Grandes Opções do Plano. Solicitou que o senhor Administrador Executivo pudesse falar sobre as quantificações e sobre os valores constantes no documento. Nas Grandes Opções do Plano, o senhor Presidente chamou a atenção para alguns aspectos que considerava fundamentais, sobretudo no que dizia respeito à definição e concretização dos objectivos estratégicos e dos objectivos específicos. O primeiro e segundo objectivos diziam respeito às questões do planeamento. Aqui destacou a intenção da CULT constituir uma SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana, sendo que a CULT já estava a trabalhar na sua preparação e pretendia concretizar em 2008. Trata-se de uma Sociedade

que pretende, num projecto integrado de reabilitação, contemplar todos os municípios associados da CULT. O senhor Presidente informou que todos os municípios manifestaram desejo de pertencer a esta Sociedade, na medida em que todos têm intervenções que querem fazer nos seus Concelhos. O senhor Presidente referiu também a criação da empresa Águas do Ribatejo, pela influência que tinha no documento em apreciação, sobretudo porque iriam deixar de ser contempladas pela actividade da CULT muitas das actividades que estavam constantes nos documentos dos anos anteriores. Isto porque, com a constituição das Águas do Ribatejo, Águas de Santarém e Águas do Cartaxo, como empresas independentes, vão processar-se as sessões contratuais que vão proporcionar a passagem de muitos dos valores e acções que estavam contempladas em Planos anteriores para as entidades referidas – Águas do Ribatejo, Câmara de Santarém e Câmara do Cartaxo. O senhor Presidente prosseguiu afirmando que também a passagem do 3º Quadro Comunitário de Apoio para o QREN teria uma influência decisiva na elaboração do documento em apreciação. Voltou a referir a subvenção global, documento que a CULT considerava como base para uma discussão para os fundos comunitários que aí vêm e lembrou que, enquanto não estiver negociado e aprovado, será muito difícil falar em concreto daquilo que a CULT poderá ter à disposição e em que moldes. O senhor Presidente mencionou de seguida o terceiro objectivo da CULT, que está virado para a qualificação dos recursos humanos e para a promoção da inovação. Aqui destacou a formação de activos, que iria continuar a ser efectuada no âmbito da CULT, e também a implementação da primeira fase da rede de banda larga, a actualização da cartografia 1:10000 e a obtenção da cartografia à escala 1:2000. De acordo com o senhor Presidente, estes eram objectivos específicos importantes que destacava de um conjunto mais extenso que constava do documento das Grandes Opções do Plano. O quarto objectivo, prosseguiu, remetia para a promoção da articulação com a Administração Central, com alguns dos instrumentos que estão muito ligados à estratégia da própria Administração Central. No que toca às Cartas Educativas,

o senhor Presidente afirmou que estão aprovadas em todos os municípios da Lezíria e são a base fundamental e indispensável para as candidaturas que se vierem a fazer no que toca a infra-estruturas relacionadas com a educação em cada um dos onze municípios. O quinto objectivo, explicou o senhor Presidente, estaria mais virado para a articulação com outros actores que porventura permitissem a obtenção de economias de escala. Lembrou que a CULT já tinha algumas articulações em execução, como a inspecção de elevadores, os concursos para a obtenção de melhores preços para o abastecimento de combustíveis ou de comunicações. Concluiu dizendo que existe um conjunto de articulações que já vêm do passado e que a CULT concretizará e alargará no futuro, no sentido de obter as melhores condições para cada um dos municípios. Frisou que tudo o que mencionou eram traços muito gerais e que o documento em apreciação espelhava bem aquilo que são as opções definidas pela CULT.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, dizendo que relativamente ao Orçamento da CULT para 2008 o PSD tinha alguns comentários e algumas dúvidas. Começou por referir que o Orçamento de 2008 tem uma variação de cerca de 2,2 milhões de Euros relativamente a 2007, mas tendo em conta que historicamente só é executado 30% do Orçamento, pois a sua execução cabe em grande parte aos municípios, facilmente se desconfia também da realização destes mesmos 51,5 milhões de Euros. Acresce que as despesas da CULT são em cerca de 43 mil 176 milhares de Euros relacionadas com o Projecto Águas do Ribatejo, ou seja, 83,9% deste Orçamento dependem de um projecto. Pela sua importância, o senhor Deputado afirmou que o PSD tinha de recordar os diversos erros relacionados com este projecto, sendo o mais importante a perda do Fundo de Coesão para a componente em Alta da água, de cerca de 18 milhões de Euros ao abrigo do anterior Quadro Comunitário de Apoio, havendo apenas expectativa que no QREN este Fundo seja obtido. Dado que, segundo o senhor Deputado, há apenas uma expectativa, então tal significa que há incerteza no projecto, no que concerne ao

Fundo de Coesão, um elemento essencial ao financiamento do mesmo. O senhor Deputado prosseguiu dizendo que, infelizmente, também em relação ao Fundo de Coesão para a componente em Alta no saneamento, o PSD considerava que existia muita incerteza, pois a Junta da CULT, numa atitude irresponsável, tentou afastar dos Fundos os municípios de Santarém e do Cartaxo, que constituíam cerca de 40% do Projecto. O receio que o PSD tem é que isso possa deitar tudo a perder para os 9 municípios, caso não haja a famosa conciliação 7+1+1. Na opinião do PSD, a não obtenção de qualquer um dos incentivos comunitários implica o falhanço deste projecto das Águas. O senhor Deputado lembrou que segundo o estudo de viabilidade económica da empresa, no segundo ano de projecto, que será já em 2008, deverá ser feito um aumento de capital de 8 mil 590 milhares de Euros, a ser realizado em numerário. Segundo o senhor Deputado, tal significa que em 2008 os municípios intervenientes terão de reforçar o capital social, o que parece ao PSD estar muito além da actual capacidade financeira de muitos deles. Referiu ainda que mesmo com a entrada de um parceiro privado para a empresa, subscrevendo 49% dos 14 mil milhares de Euros, ou seja, 6 mil 860 milhares de Euros, todos os municípios continuariam a ter que reforçar o capital social da empresa. Portanto, de acordo com o senhor Deputado, há sempre necessidade dos municípios fazerem, para além da entrada em espécie que fizeram aquando da constituição da empresa, um reforço em numerário. No entanto, para este reforço ser mais pequeno, seria necessário haver um parceiro privado. Mas o PSD sente alguma preocupação, porque este projecto apresenta uma taxa interna de rentabilidade na casa dos 7% e tem um payback do projecto de 16 anos, portanto 2022. Assim, o PSD tem algum receio que tal suscite menos interesse ou afastamento de alguns dos possíveis parceiros privados. Um projecto desta natureza, no entender do PSD, faz sentido se houver alguma correspondência entre capital investido e investimento efectuado. No entanto, de acordo com o senhor Deputado, existem algumas distorções com alguns municípios a financiarem outros. O senhor Deputado concluiu este assunto

dizendo que se fez, e muito bem, relativamente aos concursos e às obras relacionadas com a ETAR, o início dos mesmos, para que não se perdesse a participação comunitária. Relativamente aos outros projectos significativos que constavam no Orçamento em análise, o senhor Deputado lembrou o Lezíria em Rede, com 700 mil Euros e que estava em implementação, e a Sinalização Turística na Lezíria do Tejo, com 1270 milhares de Euros e que seria apresentado no trimestre seguinte. De acordo com o senhor Deputado, estes dois projectos representam 3,8% do Orçamento e são os mais importantes logo de seguida às Águas. O senhor Deputado referiu ainda que se devia também notar a forte diminuição dos Fundos Comunitários geridos pela CULT, que representam 8,5% do total do Orçamento, correspondendo a cerca de 50% a menos do que no Orçamento de 2007. Sensivelmente 5 mil milhares de Euros a menos, o que na opinião do senhor Deputado era muito significativo. O senhor Deputado prosseguiu a sua intervenção afirmando que PSD pretendia ainda levantar outra questão. Foram aprovadas na Assembleia da CULT 550 mil 122 Euros de transferências. A verba 060501, referente a Transferências da Administração Local do Continente, surge com uma verba inscrita de 700 mil Euros. Tanto quanto era do conhecimento do PSD seria aqui que os 550 mil 122 Euros mencionados atrás entrariam. Assim, o PSD pretendia saber a que se referia o restante valor que estava inscrito. O senhor Deputado mencionou ainda que o PSD pretendia fazer um comentário. No que toca às despesas correntes da CULT, fora os estudos e os pareceres que têm a ver com actividades da própria Junta, apesar de estarem classificadas como despesas correntes, 550 mil 122 Euros deveria ser o montante que deveria pagar os custos de estrutura e de funcionamento da CULT. De facto, só as despesas com pessoal já são superiores ao montante aí inscrito. Portanto, segundo o PSD, parece haver aqui algum desequilíbrio. O senhor Deputado solicitou um comentário relativamente a isso. Por último, no que toca à apresentação das contas por parte dos técnicos, senhor Deputado realçou que a apresentação estava feita de uma forma muito simples, transparente, intuitiva e funcional.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Francisco Dias Nunes (PS)**, fazendo uma recomendação. Disse não ver nada mencionado no Orçamento que tivesse a ver com energias renováveis. Por outro lado, via-se que numa utilização para efeitos de economias de escala existiam vários pedidos dos municípios para que fossem feitos os projectos através da CULT. Assim, o senhor Deputado fez uma recomendação para que se tivesse em atenção as energias renováveis nas renovações dos pavilhões gimnodesportivos, das piscinas, etc, e que partisse da CULT o aconselhamento às diversas Câmaras sobre esta situação.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, José Sousa Gomes (PS)**, para transmitir, em primeiro lugar, alguma tranquilidade ao senhor Deputado João Lopes. Referiu que não houve nenhuns erros no aproveitamento das verbas do Fundo de Coesão, na reprogramação feita pela CULT, incluindo o valor previsto para as águas, tendo sido tudo aprovado pelo Governo Português e despachado para Bruxelas com a componente Águas. Aconselhou o senhor Deputado João Lopes a deixar os receios para o Conselho de Administração das Águas do Ribatejo, que também já foi nomeado e escolhido. Adiantou que não fazia parte do Conselho de Administração, mas da Assembleia-Geral. Em relação às energias renováveis, o senhor Presidente informou que no Orçamento não surgem com esta designação, constando na zona da prestação de serviços. Informou ainda que os municípios associados decidiram elaborar um estudo que a CULT pudesse candidatar ao próximo QREN, de forma a todos substituírem, pelo menos nos edifícios públicos dependentes dos municípios, a energia eléctrica tradicional por energias renováveis. Esse estudo será efectuado para o conjunto dos municípios, num projecto integrado, para depois ser candidatado ao QREN. É um objectivo da CULT.-----

--- Usou da palavra o senhor **Administrador Executivo da CULT, António Torres**, começando por falar da questão dos Fundos Comunitários. Referiu que a CULT assinou um contrato-programa com a CCDR-LVT em 2000, para fazer a

gestão do Quadro Comunitário de Apoio no período de 2000/2006. O ano de 2008 efectivamente em termos de Orçamento será, portanto, um ano de transição. O QREN estava previsto arrancar em 2007, mas as grandes decisões em termos de regulamentos, nomeações de gestores, etc, decorreram no último trimestre de 2007. Ou seja, constata-se que só em 2008 é que o QREN vai entrar em pleno funcionamento. O senhor Administrador Executivo explicou que a CULT apresentou uma subvenção global. Daí que o Orçamento tenha uma verba irrisória inscrita de 1000 Euros, porque a CULT não sabe qual vai ser o montante que a CCDR do Alentejo e o Governo português vai querer contratualizar com a Lezíria. Os 4 milhões que constam no Orçamento, que são o decréscimo referido pelo senhor Deputado João Lopes, é o cumprimento de um contrato que a CULT tem assinado. Em 2008, se não houver contratualização do Governo, o que a CULT não espera que aconteça, a verba então terá que estar esgotada. Trata-se do cumprimento cabal do contrato-programa que a CULT tem assinado. Quanto aos 550 mil Euros das Quotizações, o senhor Administrador Executivo confirmou que era de facto esse o valor. Os mencionados 700 mil tinham a ver com outros protocolos que a CULT tem estabelecidos com as Câmaras, nomeadamente em termos de despesas correntes para o Ribatejo Digital, Espaços Internet, etc. No que diz respeito às Águas do Ribatejo, informou que a reprogramação está aprovada e apoiada pelo Estado português, estando a CULT está à espera da decisão comunitária. Informou ainda que a verba que está inscrita em Orçamento é para que sejam feitas sessões de posições contratuais de forma tranquila, quer para as Águas do Ribatejo, quer para as Câmaras de Santarém e do Cartaxo. Daí que, provavelmente, em meados do ano de 2008 as verbas inscritas em Orçamento tenham que ser redesenhadas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Catalão (PS)**, afirmando que tinha ficado com algumas dúvidas depois da última intervenção do senhor Administrador Executivo, nomeadamente sobre a questão das Águas, do Cartaxo e sobretudo de Santarém. Quis saber se obras que naquele momento

estavam a decorrer em termos de saneamento em Baixa eram da responsabilidade da Câmara Municipal de Santarém ou da responsabilidade da CULT? Disse não ter entendido como é que isso funcionava em termos de Orçamento para 2008. Quem é que ia pagar o quê?-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Braz (CDU)**, mencionando no objectivo quatro da CULT, onde se fala e bem na promoção da articulação institucional com as entidades da Administração Central e com organismos, associações e empresas regionais e onde se constata a implementação das Cartas Educativas, da Mobilidade, entre outros. O senhor Deputado quis, no entanto, saber se tinha sido equacionado neste objectivo a área da saúde e a área social. Segundo o senhor Deputado, apesar de serem competências do Governo Central, cada vez mais há delegação de competências para as autarquias nestas áreas e há uma experiência no terreno de vários anos de parcerias entre autarquias, administração regional e central com associações e IPSS. Assim, o senhor Deputado questionou se, à semelhança do que está a acontecer noutras áreas nomeadamente na da educação, não estava previsto em termos de Junta da CULT um desenvolvimento e planeamento nestas duas áreas, fundamentais no desenvolvimento estratégico a curto e médio prazo para a região.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, dizendo que verba que estava apresentada a nível de PPI era a verba total que já estava anteriormente designada com os nove municípios. Quis por isso saber se esta reprogramação que a CULT disse ter apresentado foi uma reprogramação 7+1+1 ou uma reprogramação só com 7 municípios. Quis também saber se não existe a intenção de fazer uma reprogramação com 7+1+1.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, José Sousa Gomes (PS)**, começando por falar da questão das obras de saneamento em Baixa que estavam naquele momento em curso em Santarém e Cartaxo. O senhor Presidente informou que fora estabelecido entre os sete municípios que pertencem à empresa Águas do Ribatejo, em conjunto com os representantes

da Câmara de Santarém e do Cartaxo, que seriam feitas as sessões contratuais logo que estivesse constituída a empresa Águas do Ribatejo. Portanto, estavam criadas as condições para que essas sessões contratuais fossem feitas. Mas serão feitas para a empresa Águas do Ribatejo os projectos que são dos sete municípios, para a Câmara de Santarém os projectos que são da Câmara de Santarém e para a Câmara do Cartaxo os projectos que são da Câmara do Cartaxo. Depois, competirá às Câmaras de Santarém e do Cartaxo resolverem o problema da execução destas obras. Não competirá à empresa Águas do Ribatejo. Em relação ao problema da saúde e da área social, o senhor Presidente explicou que essas áreas não estavam contempladas por não serem competência da CULT. Mas era intenção da CULT a elaboração de uma Carta Social que porventura pudesse depois consubstanciar alguns apoios financeiros nesta área. No que toca à reprogramação das Águas do Ribatejo, informou que foi feita a sete municípios. Corrigiu o senhor Deputado João Lopes dizendo que os sete municípios não excluíram as Câmaras de Santarém e do Cartaxo. Foram as Câmaras de Santarém e do Cartaxo que optaram por sair do conjunto dos nove. Não houve exclusão nenhuma destas Câmaras. Foram opções pessoais e tiveram todo o direito a fazê-lo. Não têm é o direito, na opinião dos sete municípios, de utilizar o Fundo de Coesão porque, segundo o senhor Presidente, o Fundo de Coesão destina-se a projectos de âmbito regional e projectos intermunicipais. O senhor Presidente disse que aguardavam pela decisão final.-----

--- Colocado à votação o Orçamento e Grandes Opções do Plano para o Ano de 2008, o mesmo foi **APROVADO POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor – 20 (PS, CDU e BE)-----

--- Abstenções – 6 (PSD)-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, dizendo que o PSD absteve-se relativamente ao Orçamento para 2008, dado que 83,9% do Orçamento dependia de um projecto, projecto esse do qual o

PSD tinha dúvidas muito fortes que fosse aprovado, por achar que a reprogramação deveria ser feita no regime 7+1+1. De outra forma corre-se o risco de que todos os municípios percam os Fundos.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, submetendo à aprovação da Assembleia a proposta em minuta, para que pudesse ter efeitos imediatos.-----

--- Submetida à votação, foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, dando por terminada a sessão de Assembleia da CULT e desejando a todos os presentes um bom ano de 2008, com muita saúde e muitos sucessos. Agradeceu também ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim a gentileza que teve em oferecer a todos os presentes os produtos certificados do seu Concelho.-----

--- Não se verificando a existência de intervenções por parte do público presente, e nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia da CULT deu por encerrada a sessão da Assembleia da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos Presidente e Vice Presidentes da Mesa.-----

---O PRESIDENTE _____

---O VICE PRESIDENTE _____

---O VICE PRESIDENTE _____